

Audiência Pública do Senado Comissão de Direitos Humanos

A questão do aborto sob a ótica da saúde pública

Brasília, 30/04/2015

**Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres
Ministério da Saúde**



PRINCIPAIS MARCOS POLÍTICOS INTERNACIONAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948
- Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - adotada em 1979 e ratificada nem 1984
- Convenção Mundial sobre Direitos Humanos de Viena - 1993
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, do Cairo – 1994, CIPD+5/1999, CIPD+10/2004, CIPD+15/2009
- IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing – 1995
- Metas do Milênio- redução da mortalidade materna – 2000
- Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe – Consenso de Montevideu - 2013

Cairo e sua Implementação no Brasil - DSDR

1

- Garantir acesso efetivo a ampla gama de métodos contraceptivos.

2

- Desenvolver políticas e programas para erradicar a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero.

3

- Eliminar causas preveníveis de morbimortalidade materna.

4

- Interrupção de gravidez em casos previstos por lei.

5

- Garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade considerando necessidades dos homens, mulheres, adolescentes e jovens, LGBT, pessoas com deficiência e aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade.

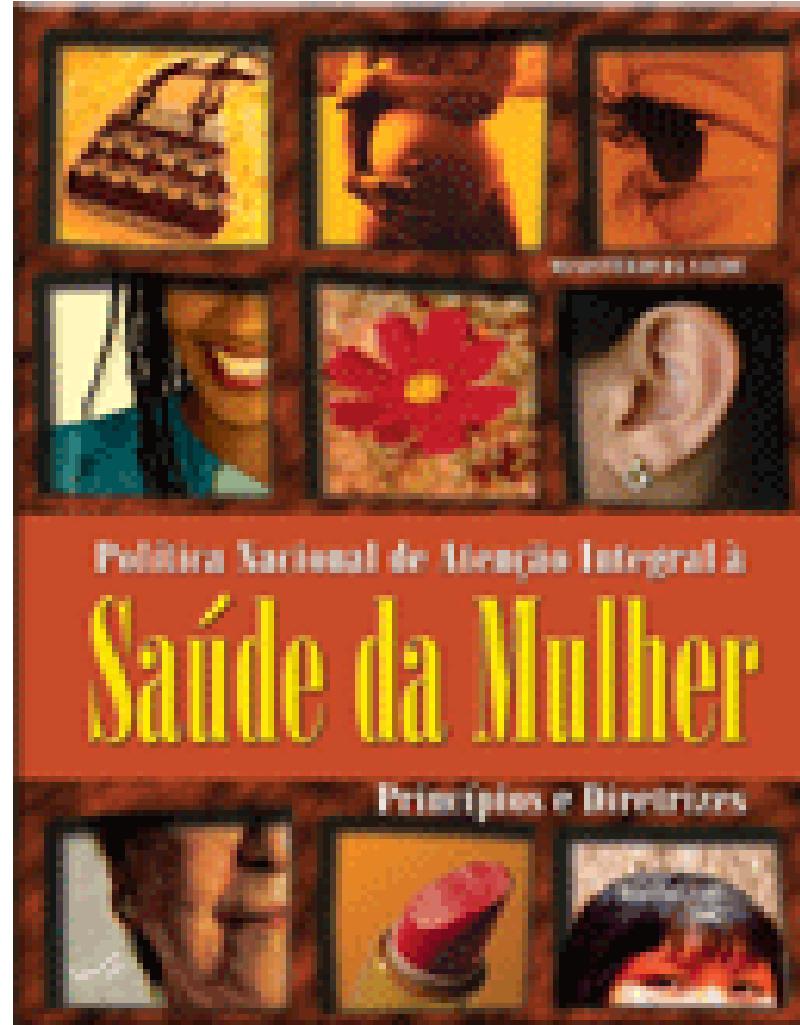
6

- Avançar na prevenção e controle do HIV/AIDS.

PRINCIPAIS MARCOS POLÍTICOS NACIONAIS

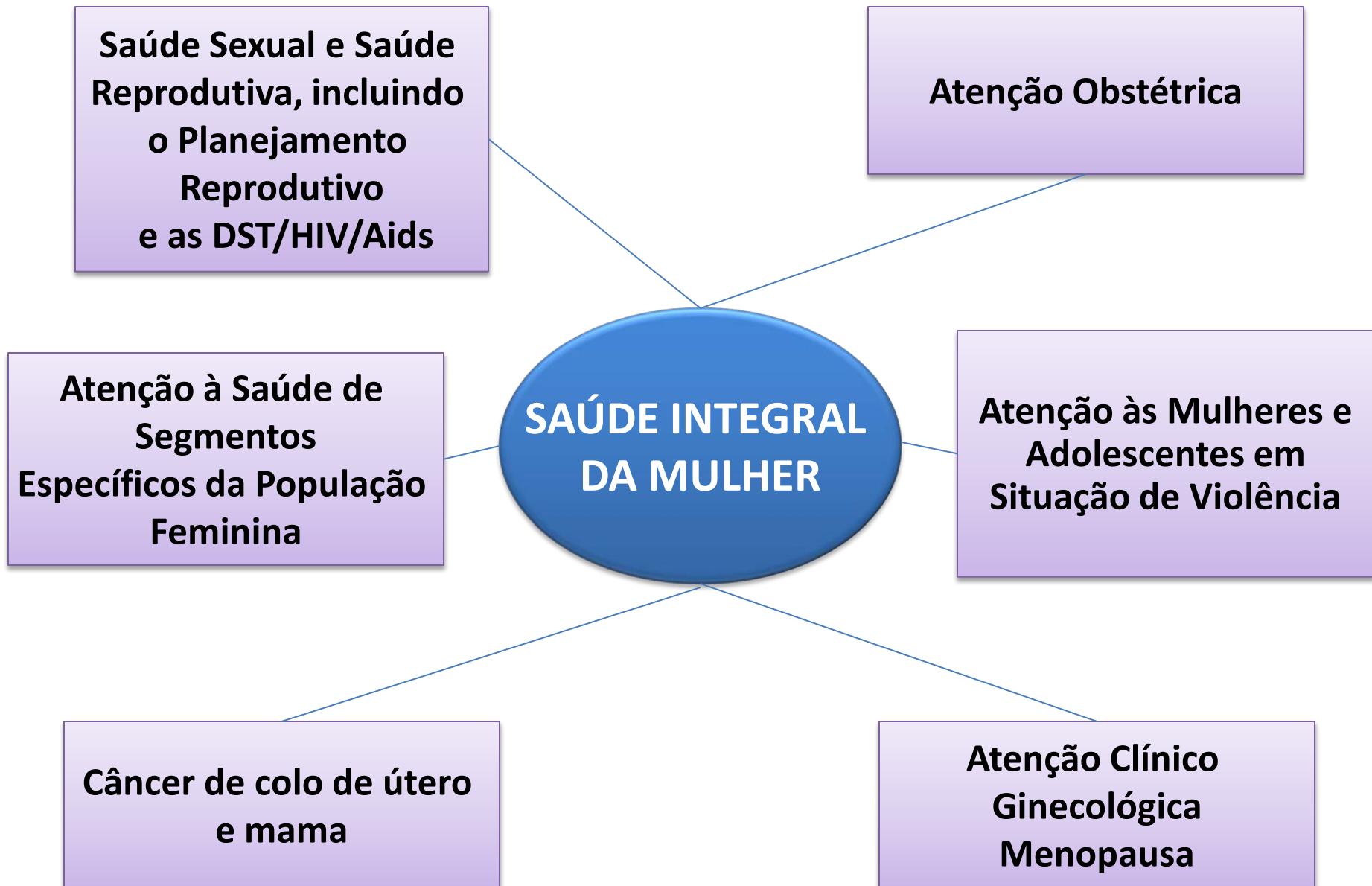
- Constituição Federal - princípios, diretrizes e competências
- Lei Orgânica da Saúde 8.080/90- competência de cada esfera de gestão
- Lei 9.263/96 do Planejamento Familiar
- Lei 10.778/03 de notificação compulsória de violência contra mulher
- Lei 11.340/06 ou Maria da Penha- coibe e previne a violência doméstica e familiar contra a mulher
- Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2011)
- Lei nº 12.845/13 - sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual
- Decreto nº 7.958/13 - estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

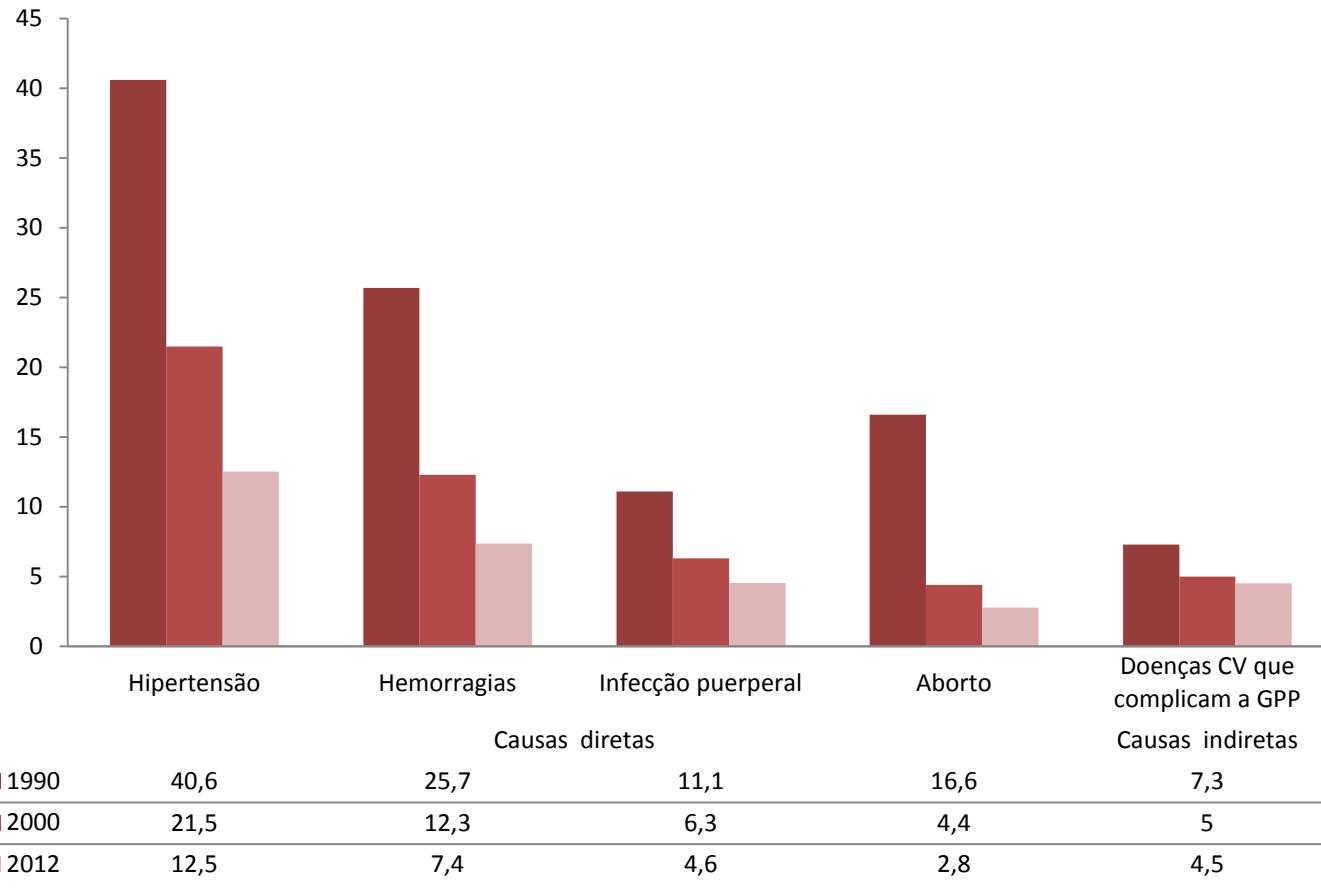




PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE (LINHAS PRIORITÁRIAS)



Mortalidade Materna segundo causas específicas de óbito (100mil nv) Brasil, 1990, 2000 e 2012



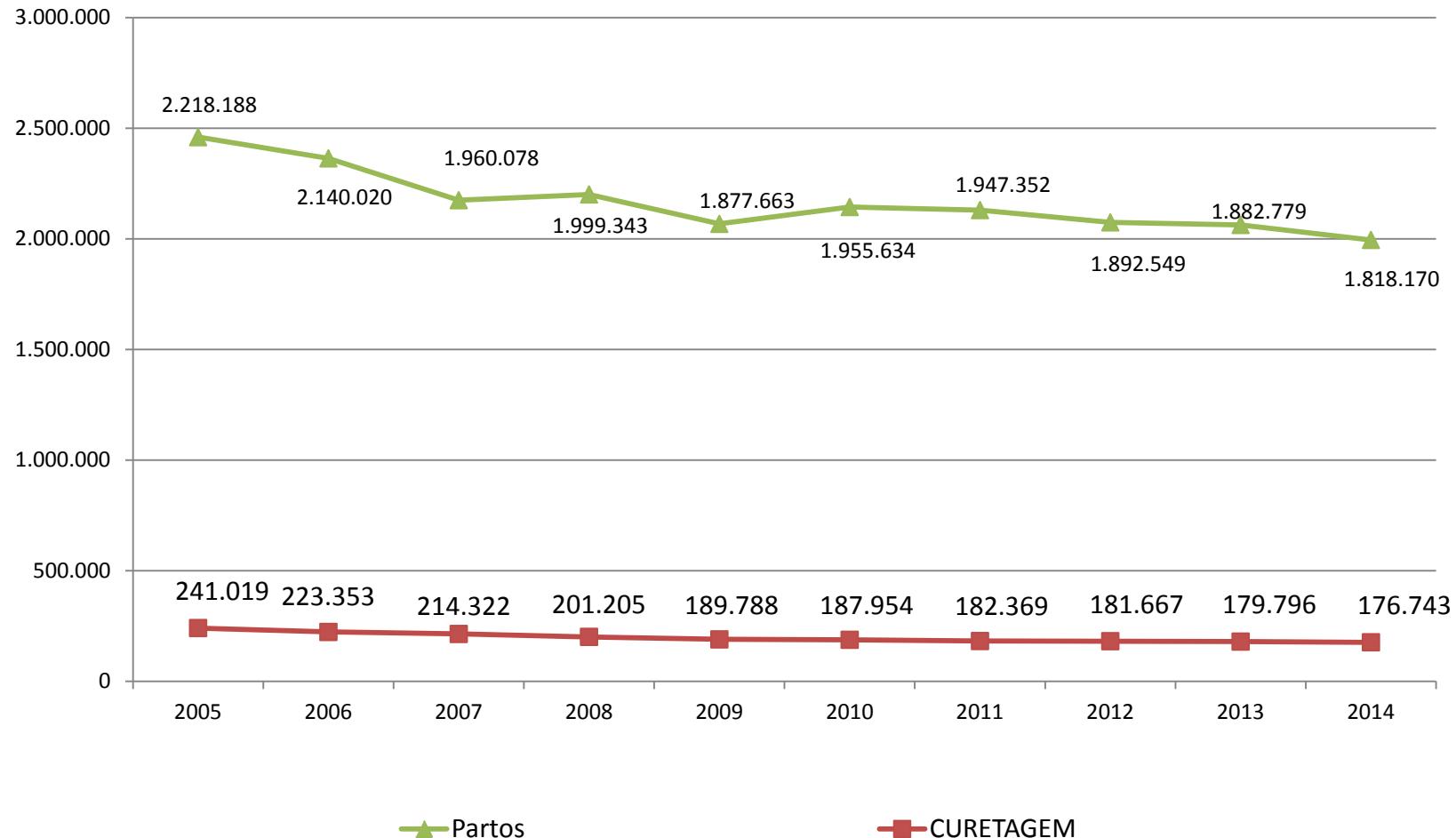
Em 2012, os cinco primeiros grupos de causas de óbito materno foram:

- Hipertensão
- Hemorragia
- infecção puerperal
- Doenças do sistema circulatório complicadas pela GPP
- Aborto

No período 1990-2012 diminuiu o risco de morte materna por:

- Aborto (82%);
- Hemorragia (72%);
- Hipertensão (69%);
- Infecção puerperal (63%);
- Doenças do sistema circulatório complicadas pela GPP (25%)

ATENÇÃO AO PARTO E ABORTAMENTO SUS BRASIL

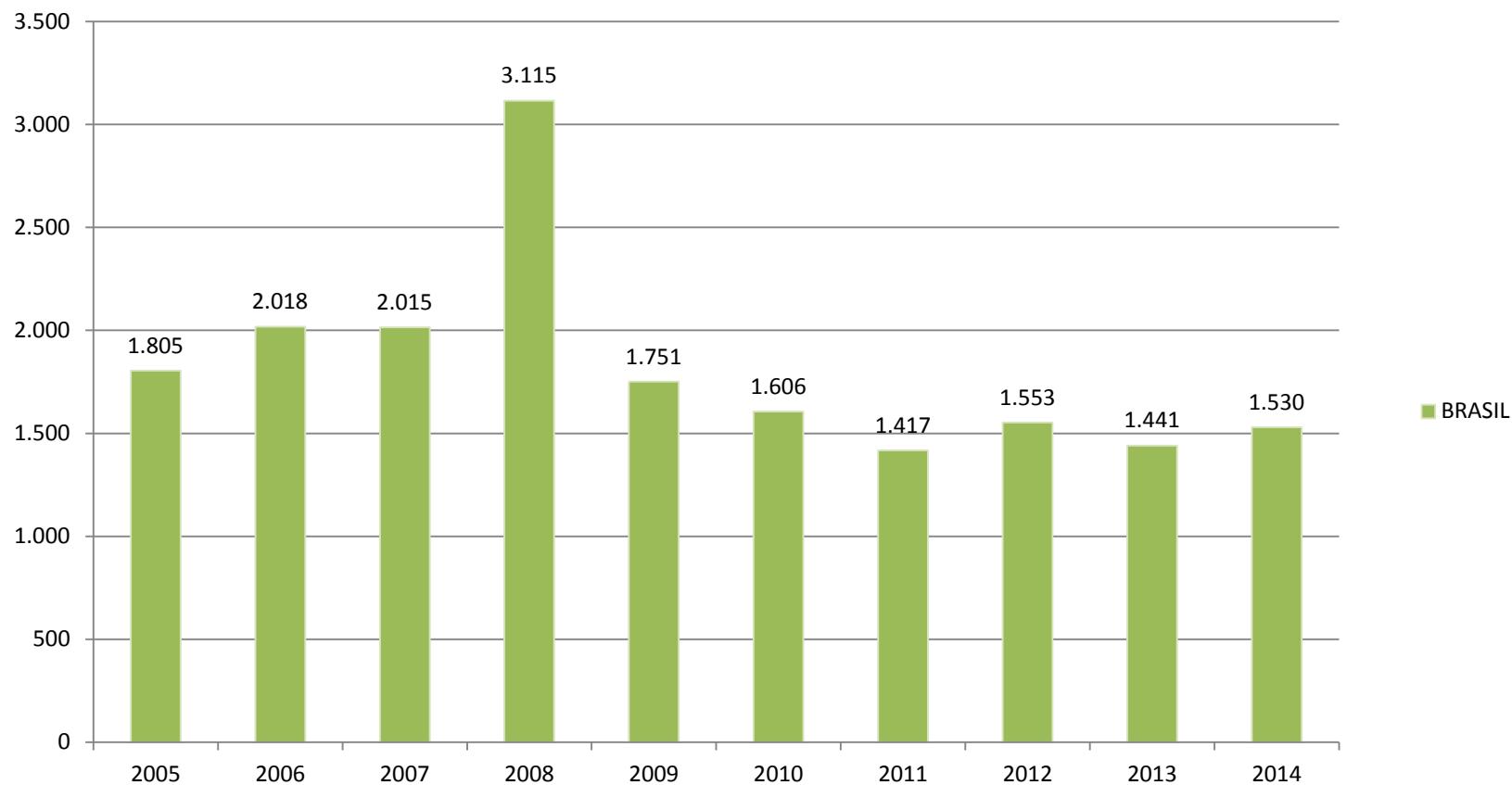


Aborto autorizado por lei

- Decreto-Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal
 - Risco de vida da mulher
 - Decorrente de estupro
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 (STF/2012), garantiu a interrupção terapêutica da gravidez de feto anencéfalo

SUS BRASIL

Internações para realização de aborto legal (CID O04)

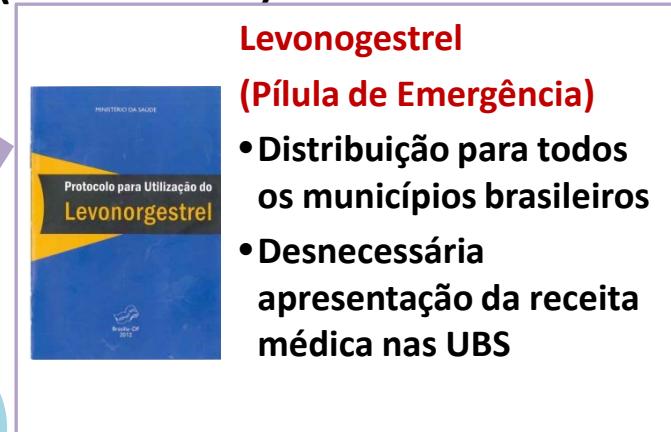


Ações para promoção da saúde das mulheres e prevenção do aborto inseguro

- Planejamento Reprodutivo – que toda gravidez seja desejada
- Garantia de acesso à interrupção da gravidez prevista em lei
- Atenção humanizada ao abortamento – ACR, qualificação da atenção obstétrica
- Atenção integral às mulheres em situação de violência sexual

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

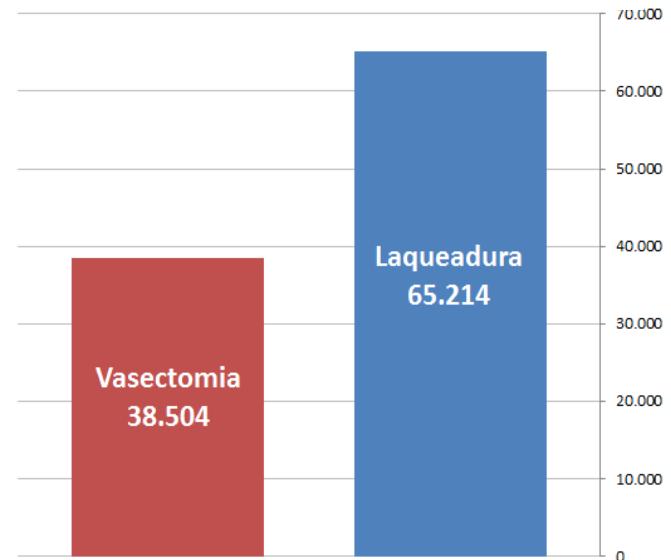
Oferta de Métodos Contraceptivos e Preservativos
100% da população sexualmente ativa (10 a 49 anos)



Levonorgestrel (Pílula de Emergência)

- Distribuição para todos os municípios brasileiros
- Desnecessária apresentação da receita médica nas UBS

Métodos Contraceptivos Definitivos. Brasil - 2013



Métodos Contraceptivos no Programa Farmácia Popular

MEDICAMENTO / CORRELATO	CONCENTRAÇÃO	UNIDADE	INDICAÇÃO	VALOR
Acetato de medroxiprogesterona	150mg/ml	Ampola	Contraceptivo	R\$ 1,24
Enantato de Noretisterona + Valerato de Estradiol	50mg + 5mg	Seringa 1 ml	Contraceptivo	R\$ 1,13
Etinilestradiol + Levonorgestrel	0,03mg + 0,15mg	Cartela	Contraceptivo	R\$ 0,42
Levonorgestrel	0,75mg	Comprimido	Contraceptivo	R\$ 3,47
Noretisterona	0,35mg	Cartela	Contraceptivo	R\$ 0,50
Preservativo Masculino	Látex	unidade	Contraceptivo e prevenção de DST	R\$ 0,30

Listade contraceptivos do Aqui Tem Farmácia Popular:

Princípio Ativo	Unidade de dispensação	Valor de referência	Valor máximo pago pelo MS
Enantato de Noretisterona + Valerato de Estradiol 50mg + 5mg	Ampola	R\$ 11,31	R\$ 10,17
Noretisterona 0,35mg	Cartela	R\$ 4,96	R\$ 4,46
Etinilestradiol + Levonorgestrel 0,03mg + 0,15mg	Cartela	R\$ 4,19	R\$ 3,77
Acetato de medroxiprogesterona 150mg/ml	Ampola	R\$ 12,36	R\$ 11,12

Ampliação das Ações do Planejamento Reprodutivo

Ampliação da aquisição de Métodos Contraceptivos	2010	2014	% aumento
Pílula de emergência	513.564	1.027.510	100%
Injetável mensal	4.879.179	7.411.008	52%
Injetável trimestral	1.656.376	3.639.280	120%
Dispositivo Intrauterino - DIU	644.672 (2011)	772.761	20%



Capacitação de equipes

- 1.400 enfermeiros da AB capacitados em Planejamento Reprodutivo AL e NE – 2013/2014

Novas tecnologias de cuidado

- Teste Rápido de gravidez na Atenção Básica
 - Repasse de recursos aos municípios aderidos ao componente pré-natal da rede cegonha – 5.488
 - Elaboração e distribuição de manual

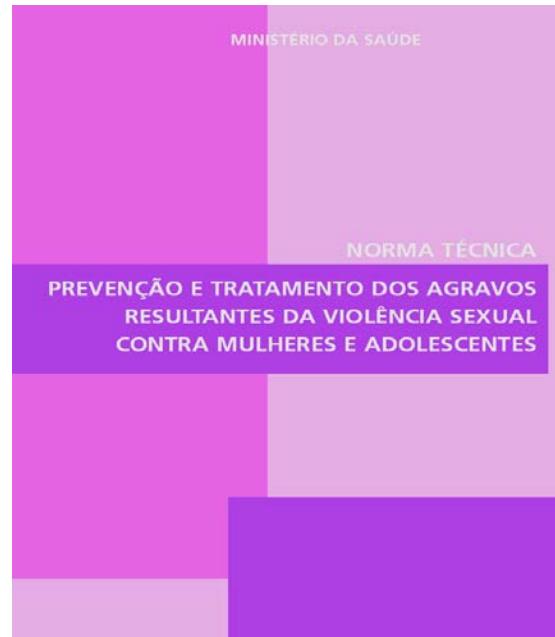
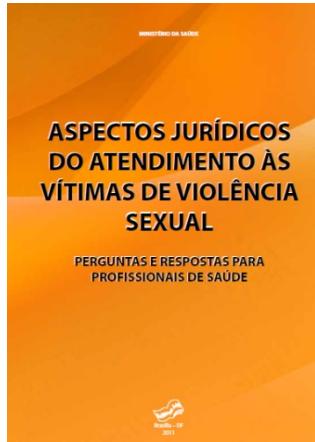
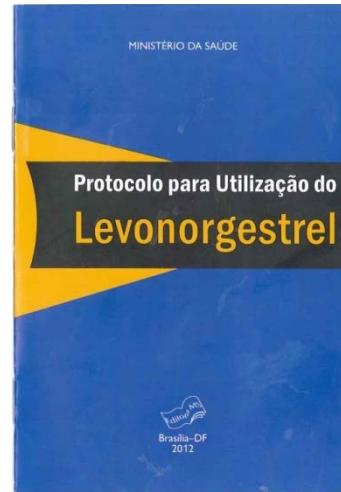
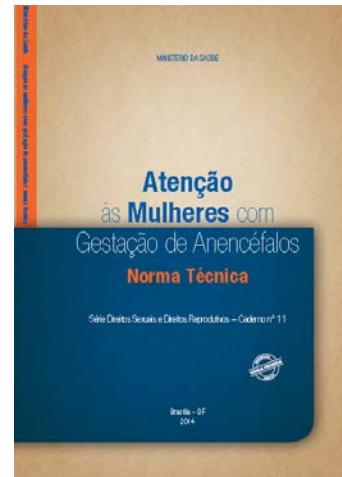
Utilização de Métodos Contraceptivos e Preservativos

- Aumento de 12,4 pontos percentuais na proporção de mulheres em idade fértil (MIF) em uso de MAC no período de 1996 a 2006 (de 55,4% para 67,8%) e de 3,9 entre as mulheres em idade fértil unidas (de 76,7 para 80,6%).
- A prevalência por MAC entre MIF unidas demonstra mudança profunda em relação à situação revelada pela PNDS 1996, quando a anticoncepção estava praticamente restrita a dois métodos, quais sejam: 40% das mulheres laqueadas e 20,7% fazendo uso de pílulas.
- Destaca-se o uso de injetáveis que triplicou passando de 1,2 para 4% das MIF unidas. Também o uso das pílulas e do DIU apresentou acréscimos, respectivamente, de 20,7 para 24,7% e de 1,1 para 1,9%.
- PNDS, 2006: declínio da esterilização feminina que passou de 40% a 29% e um crescimento do uso do preservativo de 4% a 12%, no período de 1996 a 2006

Qualificação do Atendimento às situações de abortamento e aborto legal

- Normas técnicas, manuais, guias
- Elaboração e publicação de manual de Acolhimento e Classificação de Risco em Obstetrícia
- Capacitações de equipes dos serviços
- Compra e distribuição de material para AMIU e misoprostol

Publicações



ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Programa Mulher Viver sem Violência – ação interministerial SPM, MS e MJ

Portarias nº 485 e 618/ 2014

Redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no SUS e inclusão no SCNES – Serviço 165 e suas classificações, inclusive Serviço de Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei.

Portaria nº 2.415, de 7 de novembro de 2014

Cria o procedimento *Atendimento Multiprofissional* para atenção integral a pessoas em situação de violência sexual na Tabela SUS

Portaria Interministerial nº- 288, de 25 de março de 2015

Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.

Serviços de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no SUS SERVIÇO 165 E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Nº ESTABECIMENTOS DE SAÚDE CADASTRADOS NO SCNES

Serviço 165 e suas classificações

Serviço Atenção às pessoas em Situação de Violência Sexual (Serviço 165)	438 serviços
• Referência para Atenção Integral (Serviço 165/ classificação 001)	138 serviços
• Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei (Serviço 165/ classificação 006)	55 serviços
• Atenção ambulatorial (Serviço 165/ classificação 007)	292 serviços

Fonte: http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades.asp
Acesso em 28/04/2015

IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL E À INTERRUPÇÃO DE GRAVIDEZ NOS CASOS PREVISTOS EM LEI

Ações de capacitação

- Implantação de 30 novos Serviços de Referência para Interrupção da Gravidez nos Casos Previstos em Lei em Hospitais universitários e de ensino – parceria com UNIFESP
- Qualificação de Hospitais para Atenção Humanizada às Mulheres e Adolescentes em situação de abortamento em 7 estados e 13 serviços públicos de saúde - parceria com ADDS
- Fomento de Redes de Atenção à Mulher em situação de violência em 10 municípios brasileiros prioritários do campo, da floresta e das águas e suas respectivas microrregiões - parceria com UFMG

Obrigada!

Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas
Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres

saudemulher@saude.gov.br

Tel: 61 33159101